

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Obras do Autor.....	XIII
Abreviaturas e Siglas Usadas	XV
Apresentação da 2ª Edição	XVII

Parte I

Cumprimento da Sentença Civil – Lei n. 11.232/2005

Capítulo I – Introdução e Lembrança Histórica

1. Das sucessivas reformas setoriais do CPC	3
2. Da dicotomia processo de cognição/processo de execução	5
3. Do parcial retorno ao “direito comum” medieval	7
4. Sinótica recordação histórica.....	9
5. Do direito comum medieval – <i>sententia habet paratam executionem</i>	12
6. Surgem os títulos executivos extrajudiciais	13
7. Notas de direito comparado.....	14
8. Direito brasileiro anterior à Lei n. 11.232/2005	15

Capítulo II – Da Liquidação de Sentença

9. Inconvenientes, em tese, das liquidações de sentença	17
10. A liquidação de sentença conforme a Lei n. 11.232	19
11. A liquidação de sentença. Fase do processo sincrético.....	21
12. Inovações no sistema da liquidação de sentença.....	23
13. Da liquidação “provisória” da sentença	24
14. Casos em que a sentença não pode ser ilíquida.....	25
15. Do recurso cabível e considerações suplementares.....	27

Capítulo III – Do Cumprimento da Sentença

16. Do cumprimento da sentença, como fase do processo.....	31
17. Confronto entre as normas antigas e as novas regras.....	34
18. Cumprimento das obrigações de fazer, de não fazer e de entregar coisa	35
19. Execução das obrigações de pagar	37
20. Da sentença condenatória ao pagamento em dinheiro	38
21. Da natureza da sentença condenatória, no sistema atual.....	39
22. Do procedimento nas obrigações de pagar.....	41



23. Do requerimento para penhora e avaliação	42
24. Do <i>dies a quo</i> de contagem do prazo para o cumprimento voluntário da sentença ...	44
25. A sentença condenatória não mais exaure o processo; a ‘ação’ é uma só e única ..	49
26. Do pagamento de multa pelo condenado recalcitrante	50
27. Da natureza da multa do artigo 475-J	52
28. Intimação do executado	53
29. Segurança do juízo	54
30. Pagamento parcial e multa. Arquivamento do processo	56
Capítulo IV – Da Impugnação aos Atos Executivos	57
31. Da defesa pelo executado	57
32. Da matéria a ser versada na impugnação	59
33. Sentença baseada em norma inconstitucional	61
34. Excesso de execução. Art. 475-L, § 2º	63
35. Impugnação e seus efeitos. Art. 475-M	63
36. Impugnação. Recurso cabível. Art. 475-M e § 3º	65
37. Procedimento nos casos de impugnação	65
Capítulo V – Dos Títulos Executivos Judiciais	69
38. Sentença que reconhece a existência de obrigação	69
39. Do “acordo extrajudicial de qualquer natureza” homologado em juízo	72
40. Casos em que persiste a necessidade de “citação inicial”	73
Capítulo VI – Da Execução Provisória	75
41. Normas sobre a execução provisória	75
42. Da cobrança da multa de 10% na execução provisória	76
43. Peculiaridades da execução provisória	78
44. Execução provisória e Fazenda Pública	79
Capítulo VII – Do Juízo e do Foro Competentes	81
45. Da competência de juízo e de foro	81
Capítulo VIII – Da Constituição de Capital	83
46. Ordem do juiz ao executado	83
47. Peculiaridades relativas ao capital garantidor	84
Capítulo IX – Dos Honorários de Advogado	87
48. Honorários de advogado na liquidação de sentença, no cumprimento da sentença e seus incidentes	87
Capítulo X – Dos Embargos à Execução contra a Fazenda	91
49. Do Artigo 741, em sua nova redação	91
50. Execução, contra o Poder Público, de obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa	93
51. Regime especial de precatórios	94

Capítulo XI – As “Novas” Definições	97
52. Nova definição de sentença	97
53. Da nova redação dos arts. 269 e 267	99
54. Da nova redação do artigo 463	100
55. Da recolocação dos atuais artigos 466-A, 466-B e 466-C	100
56. Artigos 6º a 9º da Lei n. 11.232/05	101
57. Da aplicação subsidiária de normas do Livro II	102
Capítulo XII – Do Direito Intertemporal e da Exegese das Normas Processuais	103
58. Do direito intertemporal – cumprimento de sentença	103
59. Cumpra sejam os institutos processuais repensados, sob nova visão	106

Parte II

Procedimentos Executivos – Modificações Decorrentes da Lei n. 11.382/2006

Capítulo XIII – A Lei n. 11.382/2006. Trabalhos legislativos	111
60. Parecer do relator na Câmara dos Deputados	111
Capítulo XIV – Lei n. 11.382/2006, alterações aos arts. 143, 238, 365 e 411	115
61. Atribuições do oficial de justiça e intimações às partes – arts. 143 e 238	115
62. Prova documental e depoimento de testemunhas – arts. 365 e 411	116
Capítulo XV – Da obrigação certa, líquida e exigível	119
63. Execução por obrigação certa, líquida e exigível – arts. 580 e 583	119
Capítulo XVI – Dos títulos executivos extrajudiciais	121
64. Os títulos executivos extrajudiciais – arts. 585 e 586	121
65. Definitividade, em regra, da execução fundada em título extrajudicial – art. 587	123
66. Revogação dos arts. 588, 589 e 590	124
Capítulo XVII – Da constrição patrimonial	125
67. Bens sujeitos à execução – art. 592, I	125
68. Atos atentatórios à dignidade da Justiça	126
Capítulo XVIII – Do ajuizamento da execução	129
69. Petição inicial na ação de execução – art. 614	129
70. Averbação prévia do ajuizamento da execução – art. 615-A	130
71. Nulidade da execução quando o título extrajudicial não decorrer de obrigação certa, líquida e exigível – art. 618	131
Capítulo XIX – Da obrigação de fazer	133
72. Obrigação de fazer – arts. 634 e 637	133

Capítulo XX – Da expropriação de bens do devedor	137
73. Dos meios de expropriação – art. 647	137
Capítulo XXI – Da impenhorabilidade de bens e da remição da execução	139
74. Dos bens impenhoráveis – art. 649	139
75. Remição da execução – art. 651	144
Capítulo XXII – Da citação do devedor	145
76. Da citação do devedor para pagar a dívida – arts. 652 e 652-A	145
Capítulo XXIII – Da penhora de bens. Penhora <i>on-line</i>. Penhora de faturamento	149
77. Ordem preferencial para a penhora – art. 655	149
78. Da penhora de dinheiros <i>on-line</i> e da penhora de percentual de faturamento de empresa – art. 655-A	151
Capítulo XXIV – Proteção da meação do cônjuge	157
79. A penhora de bem indivisível e a meação do cônjuge – art. 655-B	157
Capítulo XXV – Substituição do bem penhorado	159
80. Da substituição da penhora – arts. 656 e 657	159
Capítulo XXVI – Da penhora em bens suficientes	163
81. Da efetivação da penhora – art. 659	163
Capítulo XXVII – Do depósito do bem penhorado	167
82. Do depósito de bens penhorados. Do depositário infiel – art. 666	167
Capítulo XXVIII – Da substituição de penhora. Da avaliação do bem penhorado	171
83. Da substituição do bem penhorado, a requerimento do executado – arts. 668 e 669	171
84. Da avaliação do bem penhorado – arts. 680, 681, 683, 684 e 685	172
Capítulo XXIX – Da adjudicação	177
85. Da adjudicação pelo sistema da Lei n. 11.382/06 – arts. 685-A e 685-B.....	177
Capítulo XXX – Da alienação por iniciativa particular	181
86. Da alienação por iniciativa particular, pelo sistema da Lei n. 11.382/06 – art. 685-C.....	181
Capítulo XXXI – Da hasta pública	187
87. Da alienação em hasta pública – arts. 686, 687 e 689-A.....	187
88. Formas de pagamento do preço pelo arrematante – arts. 690 e 690-A	191
Capítulo XXXII – Do auto de arrematação	195
89. Da arrematação “perfeita, acabada e irretratável” – arts. 693 e 694	195

90. Perda da caução pelo arrematante faltoso – art. 695. Revogação do art. 697	198
Capítulo XXXIII – Das intimações prévias. Da carta de arrematação	201
91. Intimações necessárias antes da adjudicação ou alienação – art. 698. Revogação dos arts. 699 e 700	201
92. Da carta de arrematação – arts. 703 e 704	202
Capítulo XXXIV – Do leilão e do leiloeiro. Da decisão do juiz	205
93. Do leiloeiro e do auto de leilão – arts. 706 e 707	205
94. Da decisão do juiz – art. 713	206
Capítulo XXXV – Do usufruto de móvel ou imóvel	207
95. Do usufruto de bem móvel ou imóvel – arts. 716, 717, 718, 720, 722 e 724	207
Capítulo XXXVI – Dos embargos à execução	211
96. Dos embargos do executado e seu processamento – arts. 736 a 739	211
Capítulo XXXVII – Da objeção de não executividade	217
97. Da objeção de não executividade (<i>exceção de pré-executividade</i>)	217
Capítulo XXXVIII – Do processamento dos embargos	221
98. Dos efeitos dos embargos – arts. 739-A e 739-B	221
99. Do processamento dos embargos – art. 740	224
100. Dos honorários de advogado nos embargos do executado	225
Capítulo XXXIX – Da matéria alegável em embargos	227
101. Matéria alegável em embargos à execução – art. 745	227
Capítulo XL – Da moratória a requerimento do executado	231
102. Da moratória legal – art. 745-A	231
Capítulo XLI – Os embargos de segunda fase. Da proteção ao adquirente do bem	235
103. Dos embargos do executado à adjudicação, alienação ou arrematação – art. 746	235
Capítulo XLII – Do direito intertemporal	239
104. Do direito intertemporal na execução por título extrajudicial	239
Bibliografia	241
Índice Onomástico	247
Índice Alfabético de Assuntos	251